



RELATÓRIO ANUAL DE 2023 DO CONTROLE INTERNO

Período: Relatório Anual

01 – INTRODUÇÃO

De acordo com o que dispõe a instrução normativa nº. 013/2004 do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia – TCER, o Controle Interno fez o levantamento de dados para sua avaliação, tendo como objetivo mostrar despesas, atividade financeira e patrimonial, apontando as deficiências ao longo da análise feita no Relatório Anual, todas relatadas pelo Controle Interno deste Poder Legislativo.

Foram examinados os balancetes de Relatório Anual, bem como realizamos exames complementares por amostragem, com objetivo de emitir pareceres sobre a regularidade dos processos administrativos, para cumprimento da legislação vigente.

02 – ÁREAS ENVOLVIDAS

2.1. Almojarifado e Patrimônio.

2.2. Recursos Humanos.

2.3. Licitações e Contratos Administrativos, Inexigibilidade de Licitação.

2.4. Contabilidade.

2.5. Orçamento e Execução Orçamentária.

2.6. Lei de Responsabilidade Fiscal.

2.7. Diárias.

03 – TRABALHOS A SEREM REALIZADOS

Os trabalhos a serem realizados buscaram definir os objetivos da fiscalização nas áreas acima identificadas, com o objetivo de emitir opinião sobre os atos praticados, de acordo com a legislação vigente.

A Legislação que serviu como base para o relatório apresentado:

- Constituição Federal do Brasil;
- Constituição do Estado de Rondônia;
- Lei Federal nº. 14.133/21 e suas alterações;
- Lei Federal nº. 4.320/64 e suas alterações;
- Lei Complementar nº. 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal);
- Resoluções e Instruções normativas do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia;
- Regime Jurídico Único Municipal;

Os trabalhos foram realizados por amostragem, com a utilização de levantamentos, verificando junto aos setores responsáveis o cumprimento dos prazos estabelecidos pela legislação.

04 – RESULTADOS APURADOS PELO CONTROLE INTERNO

4.1. Almoxarifado e Patrimônio.

4.1.1. Almoxarifado.

A auditoria realizada neste Setor por este Controle Interno neste Relatório Anual objetivou a verificação das condições de recebimento, armazenamento, distribuição, controle e segurança dos bens e materiais adquiridos por esta Câmara Municipal de Campo Novo de Rondônia quanto a suprir suas necessidades. Mesmo em se tratando de pouca movimentação e consumo imediato esses bens e materiais adquiridos, as pequenas quantidades ficaram evidenciadas, uma vez que há controle por sua guarda e administração e por se tratar de pouca movimentação de compras, o servidor responsável recebeu e conferiu todas as mercadorias, onde os materiais são conferidos via empenho e nota fiscal, verificando assim, a quantidade e a qualidade dos mesmos. Só então as Notas Fiscais recebem o seu devido certificado pelo responsável, fazendo o lançamento no sistema de almoxarifado e as repassa para cada setor, onde é feita a distribuição dos mesmos para consumo. Esta Câmara Municipal de Campo Novo de Rondônia, não dispõe de instalações própria para funcionamento do Almoxarifado e aqui é justificável uma vez que por se tratar de consumo rápido e imediato, verifica-se a não necessidade de estocagem de grande quantidade de produtos e também por estar com sede própria, está ainda adequando sua estrutura física.

4.1.2. Patrimônio.

O Setor de Patrimônio desta Câmara Municipal de Campo Novo de Rondônia – RO, organizou e atualizou o cadastro dos bens móveis, bem como suas depreciações, codificando os bens patrimoniais permanentes.

Como foi apontada no por este Controle Interno, o prédio onde funciona o Legislativo Municipal é Próprio.

Quando da inspeção deste Controle Interno ficou notório que todos os demais bens móveis foram localizados nos setores desta unidade, os quais foram objetos de amostragem, estando os mesmos com plaquetas de tombamentos devidamente numerados e estando resguardados com termo de responsabilidade assinado pelo servidor responsável pelo bem.

Os referidos bens e imóveis estão registrados em fichas individuais, onde consta a data de aquisição, discriminação do bem, quantidade, valor, marca, cor, ano de fabricação, tipo, número da nota fiscal, identificação da empresa na qual foi adquirido e identificação do responsável por sua guarda e conservação.

A Lei 4.320/64, em seu artigo 106, parágrafo 3º, faculta que os bens móveis e imóveis poderão ser reavaliados, com a finalidade de expressar o conjunto de bens patrimoniais em termos reais que a moeda exprime, pois muitas vezes os valores registrados nos assentamentos estão muito aquém da realidade, distorcendo, portanto, o somatório registrado no Balanço Patrimonial. Veio então a normatização através da NBC que estabeleceu critérios e procedimentos para o registro contábil dos mesmos através da depreciação, amortização e exaustão.

Para cumprir então o que determina o Inciso II do Artigo 106 da Lei 4.320/64, este Controle Interno acompanhará nos meses que seguem a este período, a avaliação desses bens onde deverão ser avaliados pelo valor da aquisição ou pelo custo de produção ou construção.

Também foi feita atualização dos bens, todos os bens foram reavaliados, portanto sua depreciação ficaram zeradas em dezembro e será feita depreciação somente de janeiro de 2024 em diante.

4.1.3. Comissão de Licitação e Cadastro.

As licitações da Câmara Municipal, são feitas pela Prefeitura Municipal quando se trata de pregões, pois a Câmara não dispõe de Pregoeiro.

4.1-4. Contabilidade.

A Contabilidade, de forma geral, encontra-se atualizada e as operações contábeis são feitas em documentos hábeis e informatizada, conferida e assinado pelo contador, Fabiano Antônio Antonietti que está devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade.

Em nossas análises, verificamos que os registros contábeis do quadrimestre refletem adequadamente a situação Orçamentária, Financeira e Patrimonial da Câmara Municipal.

Ainda sobre a Contabilidade, foi verificado que os prazos de entrega dos Balancetes mensais vêm atendendo a legislação, sendo entregues os balancetes para o tribunal de contas no prazo certo.

4 DOS BALANCETES ENCAMINHADOS

De acordo com o que dispõe o artigo 53 da Constituição Estadual c/c Artigo 5º da Instrução Normativa n.º 019/TCER/2006, os balancetes devem ser entregues a esse Tribunal de Contas até o último dia do mês subsequente por meio do SIGAP Sistema Integrado de Gestão e Auditoria Pública. Abaixo demonstramos as datas de remessas dos balancetes a essa Corte de Contas:

Mês	Data de entrega	Código de Controle TCER	Observações e esclarecimentos
Janeiro			Não esta sendo possível buscar o número do recibo do site do integrador do mês de janeiro de 2023
Fevereiro			Não esta sendo possível buscar o número do recibo do site do integrador do mês de fevereiro de 2023
Março			Envio nº 33773 quinta-feira, 27 de abril de 2023 Enviado Por: 87095696187
Abril			Envio nº 34935

	quinta-feira, 25 de maio de 2023 Enviado Por: 87095696187
Maio	Envio nº 36128 quarta-feira, 28 de junho de 2023 Enviado Por: 87095696187
Junho	Envio nº 37345 sexta-feira, 28 de julho de 2023 Enviado Por: 87095696187
Julho	Envio nº 38013 quarta-feira, 23 de agosto de 2023 Enviado Por: 87095696187
Agosto	Envio nº 38729 segunda-feira, 18 de setembro de 2023 Enviado Por: 87095696187
Setembro	Envio nº 40311 segunda-feira, 30 de outubro de 2023 Enviado Por: 87095696187
Outubro	Envio nº 40938 quinta-feira, 23 de novembro de 2023 Enviado Por: 87095696187
Novembro	Envio nº 43045 quinta-feira, 21 de dezembro de 2023 Enviado Por: 87095696187
Dezembro	Envio nº 45696 segunda-feira, 18 de março de 2024 Enviado Por: 87095696187

FONTE: Contabilidade

Segue em anexo os recibos nos balancetes, como podemos verificar acima todos os meses do SIGAP, foram enviados dentro do prazo.

5 - DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

O Poder Legislativo possui singularidade na execução orçamentária, visto que a sua missão institucional não é executar, logo, grande parte de suas despesas concentra-se em gastos com pessoal.

O Orçamento Programa do Município de Campo Novo de Rondônia, para o exercício financeiro de 2023, foi aprovado pela Lei Municipal, fixando a despesa para a Câmara Municipal no montante de R\$ 2.819.387,76 (dois milhões oitocentos e dezenove mil trezentos e oitenta e sete reais e setenta e seis centavos), após a apuração das receitas que compõem o repasse para o legislativo, foi ajustado o valor do repasse para R\$ 2.953.383,03 (dois milhões novecentos e cinquenta e três mil trezentos e oitenta e três reais e três centavos).

O valor do repasse financeiro evidenciado no Balanço Financeiro feito pelo executivo foi de R\$ 2.953.383,03 (dois milhões novecentos e cinquenta e três mil trezentos e oitenta e três reais e três centavos), este valor comparado com a despesa executada de R\$ 2.939.876,28 (dois milhões novecentos e trinta e nove mil oitocentos e setenta e seis reais e vinte e oito centavos) demonstrado no Balanço Orçamentário, apresentou diferença no valor de R\$ 13.506,75 (treze mil quinhentos e seis reais e setenta e cinco centavos), correspondente ao saldo orçamentário.

Tabela 01

DEMONSTRATIVO DE REPASSE 2021	
DISCRIÇÃO DA RECEITA ARRECADADO 2021	REPASSE LEGISLATIVO (7%)
1 - Total da receita/repasse realizado	2.953.383,03
2 – Receita de Aplicações Financeiras	174,93
3 - Dotação Atualizada LOA 2023	2.953.383,03
4 - Valor Empenhado no Exercício	2.939.876,28
5 - Economia de Dotação	13.506,75
6 – Cancelamento de restos a pagar	0,00
7 - Saldo Financeiro - Devolução ao poder executivo	13.681,68

O orçamento é uma peça de previsão de eventos futuros sobre a arrecadação e a realização de despesas. Por esse motivo é passível de variações resultantes das efetivas arrecadações ou mesmo das mudanças sociais que impelem o gestor a rever os valores e programas apresentados no orçamento.

As variações ocorridas promoveram alterações orçamentárias que foram realizadas com fundamento no Art. 167, VI da Constituição Federal e/e o Art. 4º da Lei Municipal nº 784/2017, sendo assim compostas:

Tabela 02

A Lei aprovou o valor do Orçamento para o exercício de 2023 em R\$ 2.819.387,76 (dois milhões oitocentos e dezenove mil trezentos e oitenta e sete reais e setenta e seis centavos), após a apuração das receitas que compõem o repasse para o legislativo, foi ajustado o valor do repasse para R\$ 2.953.383,03 (dois milhões novecentos e cinquenta e três mil trezentos e oitenta e três reais e três centavos).

A despesa fixada na Lei Orçamentária durante o período, como apresenta o Anexo TC – 18 – Quadro Demonstrativo das Alterações Orçamentárias e ficam assim:

DISCRIMINAÇÃO	VALOR (R\$)
FIXADA NA LEI ORÇAMENTÁRIA	2.953.383,03
CRÉDITOS SUPLEMENTARES (+)	472.256,7
ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO (-)	338.048,68
TOTAL DA DESPESA AUTORIZADA	2.953.383,03
DESPESA EMPENHADA ATÉ O QUAD.	2.939.876,28
DESPESA LIQUIDADADA ATÉ O QUAD.	2.842.300,80
DESPESA PAGA ATÉ O QUAD.	2.842.300,80
SALDO A PAGAR ORÇAMENTARIO	97.575,48
A PAGAR EXTRAORÇAMENTARIO	4.068,77
TOTAL A PAGAR	101.644,25
SALDO BANCARIO PARA EXERCÍCIO SEGUINTE	101.644,25

Fonte: Contabilidade.

A movimentação acima está devidamente demonstrada no Anexo 12 – Balanço Orçamento e Quadro Demonstrativo das Alterações Orçamentárias – TC 18, bem como anexo 17 – demonstrativo da dívida flutuante, desta Prestação de Contas.

6- BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

O comportamento da execução orçamentária foi o seguinte:

Especificação	Valores em R\$
1. Receita Orçada	10.000,00
2. Receita Arrecadada	174,93
Diferença (1 – 2)	9.825,07
3. Despesa Orçada	2.819.387,76
4. Despesa Atualizada	2.953.383,03
5. Despesa Realizada	2.939.876,28
Diferença (4 –5)	13.506,75

NOTA EXPLICATIVA:

Foi estimado com R\$ 10.000,00 (dez mil) com receitas provenientes de rendimentos de aplicação financeira, no entanto foi arrecadado no exercício de 2023 o montante de R\$ 174,93 (cento e setenta e quatro reais e noventa e três centavos), as despesas orçamentárias foram prevista em R\$ 2.819,387,76 (dois milhões oitocentos e dezenove mil trezentos e oitenta e sete reais e setenta e seis centavos), após apuração da receita que compões os 7% que fazem parte do Legislativo, foi atualizado para R\$ 2.953.383,03 (dois milhões novecentos e cinquenta e três mil trezentos e oitenta e três reais e três centavos), foram executadas despesas no valor de R\$ 2.939.876,28 (dois milhões novecentos e trinta e nove mil oitocentos e setenta e seis reais e vinte e oito centavos), com saldo não utilizado do orçamento no valor de R\$ 13.506,75 (treze mil quinhentos e seis reais e setenta e cinco centavos).

7 BALANÇO FINANCEIRO

O Balanço Financeiro é o demonstrativo contábil dividido em duas seções denominadas "Ingressos" e "Dispêndios", encontra-se normatizado no art. 103 e no Anexo 13 da Lei Federal nº 4.320/64, como o objetivo de demonstrar a receita e a despesa orçamentária, bem como os recebimentos e os pagamentos de natureza extraorçamentária, conjugados com os saldos financeiros em espécie, provenientes do exercício anterior e os saldos que se transferem para o exercício seguinte.

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
RECEITA ORÇAMENTÁRIA	174,93	3.569,33	DESPESA ORÇAMENTÁRIA	2.939.876,28	2.362.539,02
<u>ORDINÁRIO</u>	174,93	3.569,33	<u>ORDINÁRIO</u>	2.939.876,28	2.362.539,02
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	2.953.383,03	2.420.814,48	TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	13.681,68	62.252,95
<u>TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS PARA A EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA</u>	2.953.383,03	2.420.814,48	<u>TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS PARA A EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA</u>	13.681,68	62.252,95
REPASSE RECEBIDO	2.953.383,03	2.420.814,48	DEVOLUÇÃO DE TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS	0,00	62.252,95
RECEBIMENTOS EXTRA-ORÇAMENTÁRIOS	751.764,05	146.264,21	REPASSE CONCEDIDO	13.681,68	0,00
<u>INSCRIÇÃO DE RESTOS A PAGAR</u>	97.575,48	19.839,84	PAGAMENTOS EXTRA-ORÇAMENTÁRIOS	669.959,64	247.560,34
RP NÃO PROCESSADOS - INSCRIÇÃO NO EXERCÍCIO	97.575,48	12.657,51	<u>PAGAMENTOS DE RESTOS A PAGAR</u>	19.839,84	121.135,97
RP PROCESSADOS - INSCRIÇÃO NO EXERCÍCIO	0,00	7.182,33	RP NÃO PROCESSADOS PAGOS	12.657,51	87.571,03
<u>DEPÓSITOS RESTITUIVEIS E VALORES VINCULADOS</u>	569.717,18	126.424,37	RP PROCESSADOS PAGOS	7.182,33	33.564,94
ENCARGOS SOCIAIS - OUTRAS ENTIDADES	110.517,47	28.240,80	<u>DEPÓSITOS RESTITUIVEIS E VALORES VINCULADOS</u>	565.648,41	126.424,37
PENSAO ALIMENTICIA	4.626,00	858,60	CONTRIBUIÇÃO AO RGPS	50.057,23	12.719,07
RETENÇÕES - EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	101.493,59	23.055,22	ENCARGOS SOCIAIS - OUTRAS ENTIDADES	110.517,47	28.240,80
OUTROS VALORES RESTITUIVEIS	1.906,76	0,00	IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE - IRRF	182.853,25	32.941,82
RPPS - RETENÇÕES SOBRE VENCIMENTOS E VANTAGENS	117.984,88	28.608,86	ISS	278,00	0,00
CONTRIBUIÇÃO AO RGPS	50.057,23	12.719,07	OUTROS VALORES RESTITUIVEIS	1.906,76	0,00
IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE - IRRF	182.853,25	32.941,82	PENSAO ALIMENTICIA	4.626,00	858,60
ISS	278,00	0,00	RETENÇÕES - EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	98.901,51	23.055,22
<u>OUTROS RECEBIMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS</u>	84.471,39	0,00	RPPS - RETENÇÕES SOBRE VENCIMENTOS E VANTAGENS	116.508,19	28.608,86
CRÉDITOS A RECEBER DECORRENTES DE FOLHA DE PAGAMENTO	84.471,39	0,00	<u>OUTROS PAGAMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS</u>	84.471,39	0,00
SALDOS DO EXERC. ANTERIOR	19.839,84	121.544,13	CRÉDITOS A RECEBER DECORRENTES DE FOLHA DE PAGAMENTO	84.471,39	0,00
<u>CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</u>	19.839,84	121.544,13	SALDOS P/O EXERC. SEGUINTE	101.644,25	19.839,84
BANCOS CONTA MOVIMENTO - DEMAIS CONTAS	19.839,84	121.544,13	<u>CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</u>	101.644,25	19.839,84
TOTAL	3.725.161,85	2.692.192,15	APLICAÇÕES FINANCEIRAS DE LIQUIDEZ IMEDIATA	0,00	0,00
			BANCOS CONTA MOVIMENTO - DEMAIS CONTAS	101.644,25	19.839,84
			TOTAL	3.725.161,85	2.692.192,15

Nota Explicativa:

Foi arrecadado com rendimento de Aplicações financeiras o valor de foi arrecadado no exercício de 2023 o montante de R\$ 174,93 (cento e setenta e quatro reais e noventa e três centavos). O repasse do duodécimo feito pelo executivo em 2023 correspondentes a cifra de R\$ R\$ 2.953.383,03 (dois milhões novecentos e cinquenta e três mil trezentos e oitenta e três reais e três centavos). Foi feito a devolução de R\$ 13.681,68 (treze mil seiscentos e oitenta e um reais e sessenta e oito centavos), Ficou em restos a pagar o valor de R\$ 97.575,48 (noventa e sete mil quinhentos e quarenta e cinco reais e setenta e cinco centavos), também ficou valor extraorçamentario no valor de R\$ 4.068,77 (quatro mil sessenta e oito reais e setenta e e sete reais), totalizando a pagar para o próximo exercício de R\$ 101.664,25 (cento e um mil seiscentos e sessenta e quatro reais e vinte e cinco centavos), o qual este valor se encontra no caixa e equivalente de caixa.

8 - BALANÇO PATRIMONIAL

ATIVO				PASSIVO			
ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATIVO CIRCULANTE		101.644,25	19.839,84	PASSIVO CIRCULANTE		4.068,77	7.182,33
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		101.644,25	19.839,84	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO		0,00	7.182,33
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA EM MOEDA NACIONAL		101.644,25	19.839,84	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR NACIONAIS A CURTO PRAZO		0,00	7.182,33
BANCOS CONTA MOVIMENTO - DEMAIS CONTAS	F	101.644,25	19.839,84	FORNECEDORES NACIONAIS	F	0,00	7.182,33
ATIVO NÃO CIRCULANTE		761.635,45	670.072,78	DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO		4.068,77	0,00
ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		43.775,09	43.775,09	VALORES RESTITUÍVEIS		4.068,77	0,00
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A LONGO PRAZO		43.775,09	43.775,09	CONSIGNAÇÕES	F	2.592,08	0,00
CRÉDITOS POR DANOS AO PATRIMÔNIO PROVENIENTES DE	P	43.775,09	43.775,09	CONSIGNAÇÕES	F	1.476,69	0,00
CRÉDITOS ADMINISTRATIVOS				TOTAL PASSIVO		4.068,77	7.182,33
IMOBILIZADO		717.860,36	626.297,69				
BENS MOVEIS		351.754,15	240.254,16	PATRIMÔNIO LIQUIDO		859.210,93	682.730,29
BENS DE INFORMÁTICA	P	50.274,30	27.274,30	RESULTADOS ACUMULADOS		859.210,93	682.730,29
MÁQUINAS, APARELHOS, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS	P	41.795,47	38.295,47	SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS		859.210,93	682.730,29
MÓVEIS E UTENSÍLIOS	P	103.453,31	103.453,31	SUPERÁVITS OU DÉFICITS DO EXERCÍCIO	P	176.480,64	66.751,76
VEÍCULOS	P	139.939,99	54.940,00	SUPERÁVITS OU DÉFICITS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	P	682.730,29	615.978,53
MATERIAIS CULTURAIS, EDUCACIONAIS E DE	P	16.291,08	16.291,08	TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO		859.210,93	682.730,29
COMUNICAÇÃO							
BENS IMÓVEIS		409.772,77	409.772,77	TOTAL		863.279,70	689.912,62
BENS DOMINICAIS	P	409.772,77	409.772,77				
(-) DEPRECIÇÃO, EXAUSTÃO E AMORTIZAÇÃO ACUMULADAS		-43.666,56	-23.729,24				
(-) DEPRECIÇÃO ACUMULADA - BENS MÓVEIS	P	-43.666,56	-23.729,24				
TOTAL		863.279,70	689.912,62				

NOTA EXPLICATIVA :

O Ativo circulante que totaliza o valor de R\$ 101.644,25 (cento e um mil seiscentos e quarenta e quatro reais e vinte e cinco centavos), que corresponde aos restos a pagar para o exercício seguinte. Os bens moveis atualizado esta de acordo com o TC 15 que é de R\$ 308.087,59 (trezentos e oito mil oitenta e sete reais e cinquenta e nove centavos) (valor dos bens móveis menos as depreciações), o valor do Imóvel é de R\$ 409.772,77 (quatrocentos e nove mil setecentos e setenta e dois reais e setenta e sete centavos), já no passivo ficou R\$ 4.068,77 (quatro mil sessenta e oito reais e setenta e sete centavos) a ser pago no mês de janeiro de 2024.

10 - DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS							
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS			VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS				
ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS		174,93	3.569,33	PESSOAL E ENCARGOS		2.007.262,90	1.645.709,77
REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS E APLICAÇÕES FINANCEIRAS		174,93	3.569,33	REMUNERAÇÃO A PESSOAL		1.655.319,60	1.405.176,88
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS		3.208.383,00	2.420.814,48	ENCARGOS PATRONAIS		351.943,30	240.532,89
TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS		2.953.383,03	2.420.814,48	USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO		839.632,73	649.152,28
TRANSFERÊNCIAS INTER GOVERNAMENTAIS		254.999,97	0,00	USO DE MATERIAL DE CONSUMO		66.706,27	16.090,00
VALORIZAÇÃO E GANHOS COM ATIVOS E DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS		0,00	940,46	SERVIÇOS		752.989,14	618.678,28
REAVALIAÇÃO DE ATIVOS		0,00	532,30	DEPRECIÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO		19.937,32	14.384,00
GANHOS COM INCORPORAÇÃO DE ATIVOS		0,00	408,16	TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES CONCEDIDAS		13.681,68	62.252,95
TOTAL DAS VARIAÇÕES AUMENTATIVAS		3.208.557,93	2.425.324,27	TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS		13.681,68	62.252,95
TOTAL		3.208.557,93	2.425.324,27	DESVALORIZAÇÃO E PERDA DE ATIVOS E INCORPORAÇÃO DE PASSIVOS		169.999,98	1.457,51
				REAVALIAÇÃO, REDUÇÃO A VALOR RECUPERÁVEL E AJUSTE PARA PERDAS		0,00	1.457,51
				DESINCORPORAÇÃO DE ATIVOS		169.999,98	0,00
				OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS		1.500,00	0,00
				DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS		1.500,00	0,00
				TOTAL		3.208.557,93	2.425.324,27

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS (DECORRENTES DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA)			
ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
INCORPORAÇÃO DE ATIVO		26.500,00	156.974,49
INVESTIMENTOS		26.500,00	156.974,49

Nota Explicativa:

Foi arrecadado com rendimentos de aplicações financeiras o valor de R\$ 174,93 (cento e setenta e quatro reais e noventa e três centavos), o Executivo repassou de duodécimo no exercício de 2023 o valor de R\$ 2.953.383,03 (dois milhões novecentos e cinquenta e três mil trezentos e oitenta e três reais e três centavos) deste valor foi devolvido para o Poder Executivo o valor de R\$ 13.681,68 (treze mil seiscentos e oitenta e um reais e sessenta e oito centavos),

Houve incorporação de ativos no valor de R\$ 26.500,00 (vinte e seis mil e quinhentos reais).



PODER LEGISLATIVO

CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DE RONDÔNIA

CNPJ – 63.762.967/0001-20

11 – DOS FLUXO DE CAIXA

	Exercício Atual	Exercício Anterior
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
INGRESSOS	3.607.746,53	2.550.808,18
Receitas derivadas e originárias	174,93	3.569,33
Outras receitas originárias	0,00	0,00
Remuneração das Disponibilidades	174,93	3.569,33
OUTROS INGRESSOS OPERACIONAIS	3607,571	2.547.238,85
Ingressos Extraorçamentários	654.188,57	126.427,37
Transferências correntes recebidas	2.953.383,03	2.420.814,18
DESEMBOLSOS (incluídos pagto de RP)	3.499.442,12	2.495.537,98
Pessoal e demais despesas	2.580.654,34	2.154.470,17
Transferências concedidas	254.986,30	152.390,49
OUTOS DESEMBOLSON OPERACIONAIS	663.801,48	188.677,32
Desembolsos Extra Orçamentarios	650.119,80	126.424,37
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	13.681,68	62.252,95
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	108.304,41	55.270,20
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
DESEMBOLSOS	26.500,00	156.974,49
AQUISIÇÃO DE ATIVO NÃO CIRCULANTE	26.500,00	156.974,49
FLUXOS DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-26.500,00	-156.974,49
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
FLUXOS DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		0,00
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	81.804,41	-101.704,29
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA INICIAL	19.839,84	121.544,13
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	101.644,25	19.839,84

Nota Explicativa:

Foi arrecadado com rendimentos de aplicações financeiras o valor de R\$ 174,93 (cento e setenta e quatro reais e noventa e três centavos), 2.953.383,03 (dois milhões novecentos e cinquenta e três mil trezentos e oitenta e três reais e três centavos) deste valor foi devolvido para o para o Poder Executivo o valor de R\$ 13.681,68 (treze mil seiscentos e oitenta e um reais e sessenta e oito centavos), foi adquirido de bens incorporado ao patrimônio de R\$ 26.500,00 (vinte e



PODER LEGISLATIVO

CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DE RONDÔNIA

CNPJ – 63.762.967/0001-20

seis mil e quinhentos reais), o saldo bancário ficou para o exercício seguinte o valor de R\$ 101.644,25 (cento e um mil seiscentos e quarenta e quatro reais e vinte e cinco centavos), correspondente ao valor de restos a pagar.

12 - PRGROMA E OBJETIVO

Programa:	PROGRAMA APOIO ADMINISTRATIVO		
Objetivo	Manter as atividades da Câmara Municipal		
Exercício	Planejado	Executado	Variação
			%
2021	1.819.125,00	1.771.827,67	97,40
2022	2.420.814,48	2.362.539,02	97,60
2023	2.953.383,03	2.939.876,28	99,54

12.1 - Considerações FINAIS

Ao encerrarmos o presente relatório, salientamos que a despesa do exercício de 2023 atingiu o montante de R\$ 2.939.876,28 (dois milhões novecentos e trinta e nove mil oitocentos e setenta e seis reais e vinte e oito centavos), o que proporcionou a esta administração, os meios necessários para cumprimento das ações prioritárias do Legislativo Municipal.



PODER LEGISLATIVO

CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DE RONDÔNIA

CNPJ – 63.762.967/0001-20

Por fim, resta ressaltar que a despesa com pessoal se comportou dentro dos limites estabelecidos na Constituição Federal, bem como nos limites estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal conforme demonstrativo abaixo:

Tabela 10

DESPESAS COM PESSOAL ATÉ O 3º QUADRIMESTRE DE 2022	
Despesas Bruta com Pessoal	1.645.709,77
Pessoal Ativo	1.405.176,88
Obrigações Patronais (INSS)	88.142,40
Obrigações Patronais (RPPS)	152.390,49
Despesas Não Computadas	0,00
Indenização por demissão	0,00
Despesas de Exercício Anteriores	-
Despesas Liquidas com Pessoal	1.645.709,77
Repasso Efetivamente Recebido	2.420.814,48
Despesa Total com Pessoal - Art. 29-A CF	67,98%



PODER LEGISLATIVO

CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DE RONDÔNIA

CNPJ – 63.762.967/0001-20

Em análise, verifica-se que a folha de pagamento do Poder Legislativo não ultrapassou o limite legal de 70% (setenta por cento), valor repassado pela Prefeitura Municipal no exercício é de R\$ 2.420.814,48 (dois milhões quatrocentos e vinte mil oitocentos e quatorze reais e quarenta e oito centavos) e a despesa com pessoal até o Terceiro Quadrimestre foi de R\$ 1.645.709,77 (um milhão seiscentos e quarenta e cinco mil oitocentos e quatorze reais e quarenta e oito centavos), com base no repasse recebido do duodécimo, foi gasto com despesas de pessoal o percentual 67,98%, portanto, não ultrapassando o limite dos 70%.

Temos plena convicção que os números aqui mostrados são fidedignos, informando e refletindo uma regular prestação de contas para uma perfeita análise, com a certeza de que todos os nossos esforços foram voltados para um bom desempenho do processo legislativo em geral.

Procuramos, demonstrar no presente relatório, os principais aspectos da Gestão ocorridos no exercício ora encerrado com clareza e objetividade, pondo-nos a inteira disposição dessa Egrégia Corte de Contas, para esclarecimentos que se tornarem necessários.

32. Conclusão.

Pelas análises realizadas neste quadrimestre, o Controle Interno evidenciou que de forma geral e diante da verificação por amostragens realizadas, a Câmara Municipal de Campo Novo de Rondônia vem realizando suas atividades de modo regular, as quais constataram que são passíveis de serem regularizadas através de orientações e determinações do Controle Interno, que atua de forma a contribuir e fiscalizar para que todos os atos e procedimentos realizados estejam em conformidade com a legislação.

É o Relatório.

Campo Novo de Rondônia/RO, 20 de Março de 2024.

Geraldo Braga da Silva
Controlador Interno



PODER LEGISLATIVO

CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DE RONDÔNIA

CNPJ – 63.762.967/0001-20

CERTIFICADO DE AUDITORIA DO CONTROLE INTERNO

Órgão: Câmara Municipal de Campo Novo de Rondônia/RO.

Período: Relatório Anual,

Procedemos aos exames julgado necessário referente às despesas realizadas no Relatório Anual, nos atos de gestão da Câmara Municipal de Campo Novo de Rondônia, em complemento ao acompanhamento que vem sendo realizado, de forma setorial, pela Unidade de Controle Interno na aplicação das normas legais, em especial a liquidação e pagamento das despesas públicas.

Dessa forma, consideramos que os exames efetuados nas despesas orçamentária do exercício em referência a Unidade de Controle Interno, não foram evidenciadas impropriedades que comprometam a probidade do Ordenador de despesas e demais responsáveis.

Campo Novo de Rondônia/RO, 20 de Março de 2024.

Geraldo Braga da Silva

Controlador Interno



PODER LEGISLATIVO

CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DE RONDÔNIA

CNPJ – 63.762.967/0001-20

PARECER DO CONTROLE INTERNO

Órgão: Câmara Municipal de Campo Novo de Rondônia/RO.

Período: Relatório Anual.

Este Relatório da unidade de Controle Interno do Relatório Anual, da Câmara Municipal, certifica que o mesmo contém as peças básicas e informações exigidas na Instrução Normativa nº 013/2004, do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia.

O acompanhamento dos atos da gestão foi efetuado na Unidade de Controle Interno no decorrer do Relatório Anual, sendo necessários para certificar a regularidade das presentes contas, apenas exames complementares, na extensão julgada necessária, conforme já relatado neste relatório da Unidade de Controle Interno.

Desse modo, com base nos exames e informações das despesas orçamentária do exercício, somos de PARECER pela regularidade das contas visto que os lançamentos e relatórios foram elaborados em tempo hábil.

Campo Novo de Rondônia/RO, 20 de Março de 2024.

Geraldo Braga da Silva

Controlador Interno



PODER LEGISLATIVO

CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DE RONDÔNIA

CNPJ – 63.762.967/0001-20

PRONUNCIAMENTO DA AUTORIDADE COMPETENTE

Em atendimento a Instrução Normativa nº 013/2004 TCE-RO, atesto que tomei conhecimento do relatório da Unidade de Controle Interno do Relatório Anual da Câmara Municipal de Campo Novo de Rondônia, que vai acompanhado do ***Certificado e Parecer***, além dos documentos pertinentes.

Assim, considerando o relatório apresentados pela Unidade de Controle Interno desta Câmara Municipal, determino que seja:

Publicado na forma da lei, e

Encaminha-se este relatório juntamente com a Prestação de Contas desta Câmara Municipal ao Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, para conhecimentos e providências necessárias.

Campo Novo de Rondônia/RO, 20 de Março de 2024.

Claudecir Alexandre Alves

Presidente da Câmara Municipal de Campo Novo de Rondônia